

**HABEAS CORPUS Nº 486.741 - MG (2018/0346189-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : ADRIANO DE OLIVEIRA SILVA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : RAFAEL JOSÉ MARTINS BRAZ - MG131191  
ADRIANO DE OLIVEIRA SILVA - MG148431  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : BRUNA RIBEIRO DELCIDIO (PRESO)  
**PACIENTE** : CRISTIANE LIMA DA SILVA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de BRUNA RIBEIRO DELCIDIO e CRISTIANE LIMA DA SILVA, em face de r. **decisum** de em. Desembargador do eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**.

Depreende-se dos autos que as pacientes foram presas preventivamente, em 30/11/2018, e denunciadas pela suposta prática do crime previsto nos arts. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006 e 2º, c/c o § 4º, IV, da Lei n. 12.850/2013, na forma do art. 69 do Código Penal.

Requerendo a liberdade das pacientes, impetrou-se **habeas corpus** perante o eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, sendo indeferido o pedido liminar.

Daí o presente **habeas corpus**, no qual alega o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação idônea da decisão que determinou a segregação cautelar das pacientes.

Sustenta que ambas as pacientes se enquadram no rito que autoriza a substituição da segregação cautelar por prisão domiciliar, nos termos do **Habeas Corpus** coletivo n. 143.641 do Supremo Tribunal Federal.

Aduz que é caso de superação da súmula 691 do (STF), "*posto que a negativa do Tribunal a quo, como dito, configura manifesta ilegalidade, considerando serem as Pacientes mães de duas crianças, uma de 1 ano e 11 meses, e a outra de 6 anos*" (fl. 6).

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva e,

subsidiariamente, a sua substituição por prisão domiciliar.

Liminar deferida às fls. 122-125.

Informações prestadas às fls. 140-145.

A Subprocuradoria-Geral da República manifestou-se, às fls. 148-149, pela prejudicialidade do **writ**, em parecer ementado, **in verbis**:

*"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR. PACIENTES COM FILHOS MENORES DE 12 ANOS. AFASTAMENTO DA SÚMULA 691/STF. JULGAMENTO DO MÉRITO DO WRIT NA ORIGEM. PERDA DO OBJETO. PREJUDICADO" (fl. 148).*

É o relatório. **Decido.**

O pedido está prejudicado.

Segundo informações colhidas no sítio eletrônico da eg. Corte de origem ([www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)), no dia **24/1/2019**, no **Habeas Corpus** n. 1.0000.18.145419-0/000, foi realizado o julgamento de mérito do **writ** originário, no qual foi concedida a **ordem**, para possibilitar às pacientes a substituição de suas segregações cautelares por prisões domiciliares.

Tendo em vista a superveniência do julgamento de mérito do **habeas corpus** na instância originária, verifico que o presente **writ** perdeu o objeto.

Ante o exposto, **julgo o habeas corpus prejudicado.**

P. e I.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator